

Convocadas escolas com irregularidades nos preços

ESTADO DE SÃO PAULO

Governo proporá aos donos de colégios acordo para ressarcimento de alunos; aceitação pária processo

IVANA DINIZ MACHADO

Especial para o Estado

BRASÍLIA — O secretário de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, Ruy Coutinho, informou ontem que os representantes de 177 escolas que deram aumentos não justificados de mensalidades no período de 1994 a 1996 foram convocados para uma reunião conciliatória, amanhã em Brasília. Os técnicos do governo vão apresentar na reunião uma proposta de acordo, ou "termo de compromisso e de ajustamento de conduta". As escolas que

aderirem ao termo terão suspensos os processos administrativos abertos contra elas, mas deverão ser obrigadas a dar descontos no próximo ano ou mesmo a devolver dinheiro cobrado em excesso.

A SDE vai acompanhar o cumprimento do acordo. "As escolas que

não aderirem ao acordo terão continuados os seus processos, com todas as consequências legais", disse Coutinho. O termo de ajustamento de conduta, previsto pela legislação de defesa do consumidor, permite o acordo entre as partes que pode levar à reversão dos aumentos, sem prejuízo de eventual aplicação de multa e restauração do processo, nos casos de reincidência ou descumprimento do compromisso.

Alguns desses processos já se arrastam por mais de dois anos. "O processo tem um ritmo próprio", justificou Coutinho. O secretário disse

que a chegada do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) à SDE encerra uma etapa importante do processo. "A partir daí, acredito que em mais 60 dias teremos uma definição", garantiu.

O secretário prevê duas hipóteses para as escolas que fizeram aumentos injustificados. "A escola poderá fazer uma compensação nas taxas do ano seguinte ou, no caso de alunos que já concluíram seus cursos, seria feita a devolução do dinheiro", disse Coutinho.

**A
CORDO
SERÁ
FISCALIZADO
PELA SDE**